

## AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E OS IMPACTOS FRENTE À PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19): O CASO DA COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL 8 DE JUNHO- COPERJUNHO

Family Agriculture, Public Policies and the Impacts Facing the Coronavirus Pandemic (Covid-19): the case of the Agroindustrial Cooperative June 8 - Coperjunho

Camila Carneiro Lobato<sup>1</sup> e Antônio Inácio Andrioli<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Laranjeiras do Sul-PR, Brasil. Orcid <https://orcid.org/0000-0001-9990-0014> e [camila.lobatoc06@gmail.com](mailto:camila.lobatoc06@gmail.com)

<sup>2</sup> Docente no departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS. Doutor em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade Osnabrück/Alemanha, Chapecó-SC, Brasil. Orcid <https://orcid.org/0000-0002-3406-3953> e [andrioli@uffs.edu.br](mailto:andrioli@uffs.edu.br)

### RESUMO

A agricultura familiar no contexto agroecológico se faz viabilizadora da sustentabilidade e do abastecimento alimentar da sociedade. O objetivo foi analisar como a agricultura familiar, fortalece e se faz protagonista para organizações como a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho -COPERJUNHO nos tempos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Foi um estudo de caso, exploratório-descritivo. Foi analisado como o grupo de orgânicos da organização conseguiu alcançar parcerias institucionais para escoar sua produção, promovendo ações de soberania alimentar local com produtos agroecológicos. Os canais curtos de comercialização como as “feiras virtuais” foi uma via fundamental por conta da paralisação das cadeias tradicionais de comercialização, baseando-se nas relações de confiabilidade entre produtor e consumidor. As políticas (PNAE, PAA) que auxiliam esses canais asseguraram esses agricultores como uma importante estratégia de desenvolvimento rural local, mantendo a oferta de alimentos.

**PALAVRAS CHAVES:** Agroecologia, Cooperativismo, Produtor, Vulnerabilidade.

### ABSTRACT

Family farming in the agroecological context makes sustainability and food supply possible for society. The objective was to analyse how family farming strengthens and plays a leading role for organizations such as the Agroindustrial Cooperative 8 de June -COPERJUNHO in times of the new coronavirus pandemic (COVID-19). It was a case study, exploratory-descriptive. It was analysed how the organization's organic group managed to reach institutional partnerships to sell its production, promoting actions of local food sovereignty with agroecological products. Short commercialization channels such as “virtual fairs” were a fundamental route due to the paralysis of traditional commercialization chains, based on the relationships of reliability between producer and consumer. The policies (PNAE, PAA) that help these channels have assured these farmers as an important local rural development strategy, maintaining the food supply.

**KEYWORDS:** Agroecology, Cooperatives, Producer, Vulnerability.

## INTRODUÇÃO

Um dos motivos pelos quais a COVID-19 atingiu tão rápido e de forma marcante as populações de diversas partes do mundo, é o fato de que o mundo está globalizado, ou seja, interligado em muitas faces do todo, uma cadeia de ligações em todas as esferas continentais que une a humanidade (SCHNEIDER et al., 2020). Em vista disso, as implicações da pandemia alcançaram intensas escalas globais. Dessa maneira, para compreender os potenciais impactos da pandemia sobre a agricultura familiar, o setor alimentar no Brasil e as políticas públicas que se voltam à categoria, é necessário tomar como referência a noção do alcance sistêmico do problema.

O isolamento social fez a sociedade repensar sobre o consumo necessário e, se existe nesse contexto, a valorização do agricultor familiar e a disponibilidade de seus produtos mais próximos de suas casas, uma vez que a população busca produtos que estejam ao seu máximo alcance, como pequenos mercados, quitandas etc. (LEAL, 2020).

A FAO (2020) aponta os efeitos da COVID-19 nos diferentes contextos da agricultura familiar, pois os produtores introduzidos em cadeias agroindustriais, cooperativas e incluídos em cadeias curtas de comercialização, têm sentido menos perdas em suas rendas.

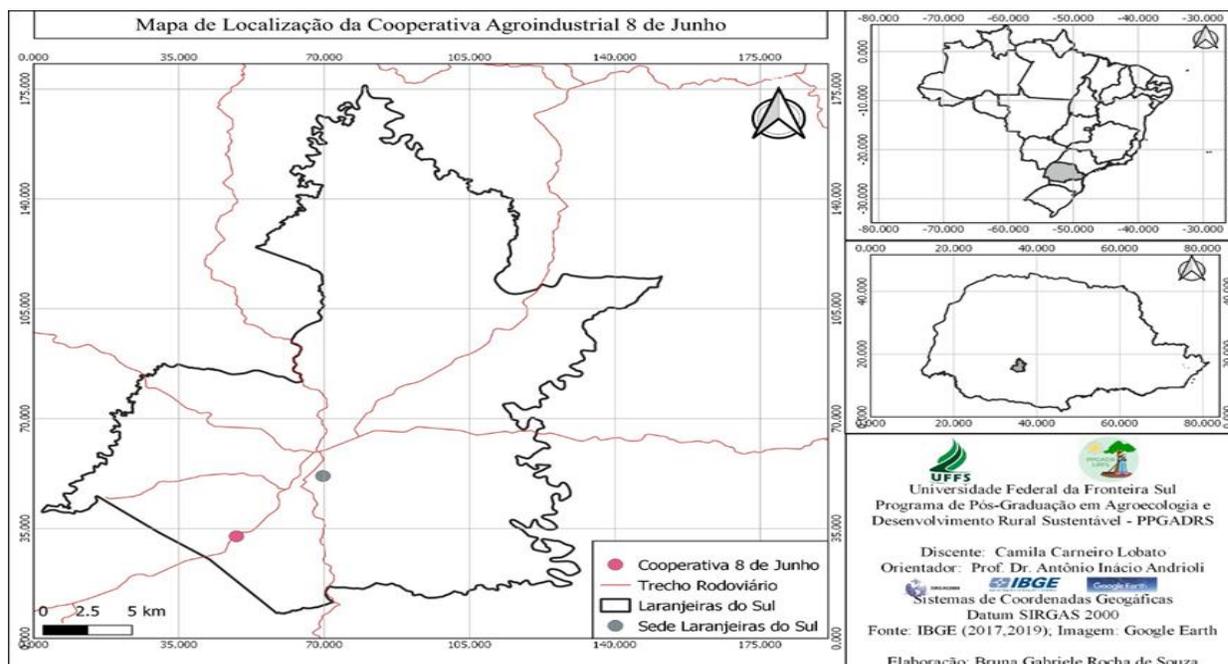
Dessa maneira, a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho- COPERJUNHO, compreende as formas de conhecimento local de agricultores como fortalecedores da biodiversidade ecológica e socioculturais em seus experimentos produtivos. Isto é, mudanças geridas de ações político-produtivas. Essa organização, que nasceu de um grupo de mulheres, foi se instituindo ao longo do tempo, para o alcance de um mercado institucional, concebendo a organização um exemplo de autonomia.

Na reconfiguração dos meios produtivos através da Agroecologia, a agricultura familiar não é considerada como um problema, mas como uma perspectiva no segmento do desenvolvimento rural. A partir dessa racionalidade da categoria, levando em consideração a produção endógena sustentável, a organização abriu possibilidades de dispensar a dependência do mercado de insumos, de maneira que, pudessem ingressar de forma mais eficiente em processos específicos mercantis, como a produção orgânica.

Nesse sentido, a agricultura familiar se apresenta como uma categoria de atores participativos e promotores do desenvolvimento rural ao buscarem atividades que se autoconhecem. O protagonismo dos produtores supera a percepção de que somente são receptores inertes de apoio tecnológico e políticas públicas, mostrando que, ao serem reconhecidos como atores sociais significativo de determinada prática como, por exemplo, ao estimular e promover práticas de base agroecológica, podem ser sujeitos partícipes na instituição de estratégias e na busca por respostas de problemas do meio rural de forma coletiva (SOUSA et al., 2017). Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi analisar como a agricultura familiar, dentro do âmbito agroecológico, fortalece e se faz protagonista para organizações como a Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho- COPERJUNHO nos tempos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19).

## **METODOLOGIA**

O trabalho foi realizado junto ao grupo de orgânicos da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho, do Assentamento 8 de Junho. A figura 1 elucida a localização da cooperativa no município de Laranjeiras do Sul, estado do Paraná. O município tem uma extensão de 672,1 km<sup>2</sup> com uma população de 30.777 habitantes no último censo realizado em 2017 e possui as coordenadas geográficas latitude 25° 24' 40'' sul, longitude 52° 24' 42'' oeste (CIDADE BRASIL, 2018).



**Figura 1.** Localização da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho (COPERJUNHO).

**Fonte:** Souza (2020).

A pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso de natureza exploratória-descritiva. Como instrumento de pesquisa foram realizadas 6 entrevistas semiestruturadas (2 com o produtor mais antigo do grupo, no caso o Entrevistado 4) por meio de questionário, com auxílio de um gravador. Os participantes foram identificados como: entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3 e assim sucessivamente, como forma de preservar as identidades dos mesmos. Foram realizadas duas reuniões com esses agricultores, uma no dia 18 de novembro de 2020 e outra em 03 de julho de 2021. Além disso, elaborou-se um roteiro para aprofundar as reflexões durante o diálogo, fizeram-se observações *in loco* e pesquisas documentais por meio de documentos bibliográficos disponíveis. Com a finalidade de conhecer a percepção desses agricultores em relação ao contexto de pandemia e suas articulações diante dos impactos gerados em sua categoria, que envolve desde a unidade produtiva até a comercialização, evidenciamos também a organização coletiva e a cooperação entre esses atores, mostrando seu potencial de se manter em estabilidade socioeconômica e política.

Sendo assim, foi necessário realizar uma pesquisa a campo em um local pré-estabelecido e acordado com os participantes, considerando a atual situação da pandemia do coronavírus (COVID-19). Conduziu-se a entrevista tomando as devidas medidas restritivas de distanciamento social.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal da Fronteira Sul (CEP/UFFS), sob o número de parecer 4.312.662. Os entrevistados tiveram esclarecimento sobre os meios aplicados relacionado as entrevistas e outras informações cabíveis ao pesquisado, assim como foram convidados a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), além das entrevistas para pesquisa e publicação, com intuito de sempre preservar o anonimato dos entrevistados e a instituição.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Agricultura familiar e a agroecologia como possibilidade de uma nova realidade no meio rural: estratégias de produção e abastecimento alimentar

Para evidenciar as mudanças, estratégias e suas implicações diante do contexto pandêmico, um dos entrevistados aponta as primeiras mudanças ocorridas, tanto nas questões sociais, econômicas e produtivas em sua realidade.

A mudança de comportamento né... se comportava de um tipo, se passou a se comportar de outro jeito, mas olhando assim pelo lado dae... mais caseiro, é mais em casa, precisa ter.... Eu acho assim em termos econômicos pra nós do sítio, não foi uma coisa tão... tão, eu penso pelo menos uma coisa tão... porque a gente se concentrou mais no lote, trabalhou até mais do que antes, e... acabou indo menos ... lá buscar lá fora alguma coisa, eu acho que isso, queira ou não foi uma certa... mas não que isso foi bom, ... isso foi péssimo, porque só o fato de ter que andar se cuidando, botando uma máscara... que a gente nunca imaginou passar por essa situação... é meio constrangedor pra gente, até dependendo do lugar, os caras... já aconteceu comigo, um dia desses entrei em uma loja, e... sem máscara, e... mandaram eu colocar, mas é isso. Entrevistado 1, 2020.

A situação atual indica um novo contexto para a agricultura familiar, visto as estratégias de comercialização que esses atores estão articulando, como: entregas em domicílio, cestas, parcerias institucionais, dentre outras, como forma de manter o escoamento

da produção. Como fruto disso, esses produtores estão se surpreendendo com uma grande procura da população por alimentos saudáveis e de procedência local, assim como aborda um dos entrevistados sobre a melhora nas vendas com a crescente demanda. Como aponta neste trecho.

“mas assim... melhorou bastante essa coisa de comercialização, e é isso... a tendência é aumentar a produção, que tá tendo... o movimento incentiva a produzir, que tá tendo demanda”. Entrevistado 3, 2020.

Neste cenário, a agricultura familiar, sendo responsável por uma parte significativa da demanda de alimentos tanto convencionais como de base agroecológica, processa os efeitos econômicos sobre os sistemas produtivos e os entraves da comercialização. Isso se deve às restrições e cancelamentos de feiras públicas, ao fechamento de restaurantes e à redução de compra de merenda escolar, por conta do cancelamento das aulas e da queda dos rendimentos da escoação da produção. Desse modo, comprometem os sistemas de produção e o abastecimento alimentar (IPEA, 2020).

Observa-se que, com o fechamento das fronteiras e medidas restritivas do comércio, os agricultores familiares estão suprindo, de certo modo, o abastecimento de alimentos saudáveis, assim como, fortalecendo sua própria categoria e o comércio justo, este último denominado como um meio no qual o pequeno agricultor tem uma garantia e perspectiva de comercializar sua produção de maneira justa e não de maneira assistencialista ou como ajuda humanitária. Nesse cenário “comércio justo é uma parceria comercial, baseada em diálogo, transparência e respeito, que busca maior equidade no comércio internacional, e contribui para o desenvolvimento sustentável, por meio de melhores condições de troca e garantia dos direitos para produtores e trabalhadores marginalizados”. SEBRAE, 2005, p.13.

À vista disso, continuar defendendo a soberania alimentar e, através da Agroecologia, gerar produtos livres de agroquímicos. Ressalta-se ainda, que esse contexto não é somente uma política apontada pelos movimentos sociais, mas uma alternativa de sobrevivência da população em geral. A mobilização em torno do alcance à comercialização e consumo de alimentos agroecológicos abrange uma diversidade de sujeitos sociais rurais e urbanos que

procuram constituir alternativas de abastecimento, motivando a ação social e variadas práticas coletivas (BIROCHI et al., 2019).

Nesse cenário, os circuitos curtos de comercialização são basicamente o principal espaço de encontro entre a produção e consumo da agricultura familiar. Geralmente muitos produtores familiares que começaram sua produção de base agroecológica e a certificaram como orgânica, muitas vezes têm dificuldades em acessar mercados e preços justos, ao mesmo tempo em que a população urbana não conseguem acessar alimentos de qualidade e de procedência conhecida a preços acessíveis. A inclusão de agricultores com maiores áreas de cultivo, infraestrutura e capital em seus sistemas produtivos agroecológicos acarreta uma demanda considerável na constituição de circuitos curtos de comercialização mais estáveis e justos aos pequenos produtores (SOUZA et al., 2021).

Nunes et al. (2018) aponta que os desafios para os produtores são estimular e viabilizar a constituição do conhecimento das bases agroecológicas e, nesta perspectiva, a instituição de programas e alcance de políticas públicas que objetivem o desenvolvimento de inovação tecnológica para a categoria, levando em conta a conservação dos recursos naturais e de atividades sustentáveis. Embora haja limitações, a categoria tem capacidade significativa para possibilitar a passagem de uma agricultura moderna e produtiva para contextos agroecológicos.

A produção sustentável se efetiva quando contempla a dimensão social, econômica e ambiental, utilizando ferramentas que avaliam a dinâmica dos agroecossistemas e a relação dos sujeitos envolvidos no processo, como meios participativos e políticas que atendam esse olhar, visando melhorias nos processos produtivos. A pandemia está mostrando a existência de caminhos alternativos que, de certa forma, podem contornar os níveis de utilização de insumos químicos ou até mesmo as tecnologias mais impactantes da agricultura.

### **Políticas públicas e novas dinâmicas de comercialização**

O apoio institucional se mostra como uma das soluções essenciais no setor agrícola para enfrentar os gargalos resultantes da pandemia, sobretudo para os agricultores familiares

como sujeitos mais afetados, as políticas públicas existentes como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) podem garantir a este setor expansão de renda e melhorias em relação ao crédito rural e ao seguro agrícola (GRISA; NIEDERLE, 2020).

Como forma de facilitar o alcance das políticas públicas e, por conseguinte, escoar sua produção com menos perdas, a formação de cooperativas, associações ou a adesão às já existentes, é uma das vias que os agricultores familiares encontram, facilitando a integração a partir das vendas institucionais. Por um lado, isso indica a relevância de aspectos de mercado e a institucionalização do sistema produtivo através da organização da produção orgânica certificada. Por outro, expressa um empenho que retrata a representação do coletivo, sobretudo, das mulheres e jovens para a concepção significativa da marca COPERJUNHO. A formação da cooperativa facilitou a participação das famílias nos programas governamentais.

Sousa et al. (2021) aponta que a forma de gestão cooperativa procura possibilitar o bem-estar das necessidades humanas, inclusão coletiva, preservação ambiental, em concomitância com o desenvolvimento econômico e social, gerando trabalho e renda. Percebe-se, também, um estímulo para o empreendedorismo coletivo, no qual o princípio da intercooperação propicia aos cooperados motivação e ações de forma coletiva para a melhoria da qualidade de vida, ao possibilitar mais oportunidades, estimulando para novas aptidões e novos conhecimentos.

Dessa maneira, essas organizações, além de serem impulsionadas por políticas, também corroboram na união solidária desses sujeitos, como no aumento da diversidade e da quantidade de produtos fornecidos, na diminuição dos custos logísticos e na demanda dos processos administrativos e burocráticos, este último relacionado à própria gestão da cooperativa ou associação.

Nesse quadro, o Ipea (2020) acrescenta que as medidas da resolução nº 4.801 do Banco Central do Brasil (BCB) fomentaram a quitação de financiamentos dos produtores rurais. Foi essencial para esses produtores a prorrogação dos prazos de amortização dos créditos de custeio e investimento, com data limite até 15 de agosto de 2020, vencidas ou

para vencer até 1 de janeiro e 14 de agosto de 2020. Além disso, as taxas de juros originais de contrato englobam os agricultores familiares e suas cooperativas que se prejudicaram com o escoamento da produção devido às medidas restritivas da pandemia.

Para não descontinuar o fornecimento de alimentos, ocorreu um ajuste no PNAE em alguns locais do Brasil. Visto isso, a solução para esse contexto foi a criação da Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que permite a distribuição de alimentos adquiridos através do PNAE aos pais ou responsáveis dos alunos das escolas públicas de educação básica, como forma de garantia da cota de 30% destinada à agricultura familiar que, nesse caso, visa 80 mil agricultores familiares. Já no PAA se estabeleceu a medida provisória nº 957/2020, de 27 de abril de 2020, que abre crédito extraordinário para que a segurança alimentar e nutricional seja atendida com mais ênfase nessa situação e para que se compre produtos oriundos da agricultura familiar (BRASIL, 2020).

Essa medida provisória foi resultado de pressão da agricultura familiar embasado pelo documento “PAA - comida saudável para o povo” apresentado em abril de 2020 e assinado por 877 organizações, movimentos sociais e redes. A reativação do PAA, além de solicitar novos projetos para combater a crise devido à pandemia, constou que muitos agricultores estavam perdendo sua produção e renda e ainda acarretando ameaças de insegurança alimentar (FUTEMMA, et al., 2020).

Futemma et al. (2020), o PAA sofreu um corte no orçamento maior que o PNAE, passando também por troca de ministério. Até o ano de 2019 era de responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e, em 2020, foi realocado para o Ministério da Cidadania (MC), apoiado pelo MAPA e o Ministério da Economia. A medida provisória liberou R\$ 220 milhões para a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), dos quais, R\$ 126 milhões foram para o PAA, paralisado desde 2019, com 1088 projetos, estimando uma produção para a compra de R\$ 46 mil em alimentos através da Conab e 94 milhões para receber novos projetos para 2020, com prazo para inscrição até 17 de julho de 2020.

Sendo assim, além dos incentivos federais, nota-se ainda a importância das prefeituras, por meio das políticas de apoio no engajamento às atividades rurais de pequena

escala, visto que é quem está mais próximo a esses agricultores, podendo incentivar e facilitar essa interação.

A pandemia ressaltou que as políticas públicas podem garantir a relevância dos agricultores familiares, em relação ao seu protagonismo no abastecimento alimentar da sociedade, como enfatizou um dos entrevistados em relação ao PNAE como política de amparo.

O pessoal falava da entrega da merenda escolar, que deu uma mudança com a paralisação das aulas... no começo ficou tudo parado, depois o estado a cada 15 dias começou umas compras, o município também, mas específico, uma vez por mês... mas é... é mais difícil... o estado continuou a pegar... a gente achava ali no começo uma dificuldade tão grande, que parasse. Entrevistado 4, 2020.

Assim, outras formas de comercialização foram implementadas entre esses agricultores para escoar a produção, como a ideia da cesta de produtos com base agroecológica. Um dos entrevistados acentua esse processo de comercialização nesse contexto, observando a crescente procura por alimentos mais saudáveis, como forma de garantir a compra de produtos de qualidade, baseados na confiabilidade de produtores da região e com consumidores cientes de sua procedência, sendo, sobretudo, de uma produção ecológica.

Nós não fazia feira lá em casa, mas devido à pandemia nós começamos... e o pessoal da cidade começou a procurar produtos... começaram a se alimentar melhor devido à pandemia, porque aí... a pessoa bem alimentada, a imunidade tava alta, então... se pegasse era mais fácil de escapar, então assim... começou muita procura disso... nós até tinha uma ideia, já tinha comentado com as meninas da Universidade... começaram a puxar... vocês tem que fazer agora! ... aí que começou as cestas, mas viu que só lá em casa, nós não ia dá conta... chamamos o grupo, que aí... o grupo todo se organizou, que aí nós conseguimos fazer as cestas... mas a questão da comercialização melhorou bastante, a visibilidade dos produtos orgânicos é... aumentou bastante. Entrevistado 3, 2020.

Um das mudanças ocorridas provenientes da pandemia em relação a escoação da produção foi o aumento de compras virtuais, seja através de aplicativos ou de plataformas digitais de compras *online* e “Feiras virtuais” (PREISS, 2020). Constatou-se através dos sujeitos analisados, que essas novas iniciativas de comercialização têm movimentado as

atividades de entrega e os meios como os agricultores ofertam seus produtos, bem como, tem reduzido os efeitos disruptivos da pandemia nos sistemas alimentares locais.

Com a criação de cestas com preços fixados ou até mesmo a montagem da cesta pelo cliente, sendo delineada a variação do preço neste caso, e a disponibilidade dos produtos ou kits que incluem alimentos frescos, têm sido ofertados aos consumidores uma grande variedade de alimentos orgânicos. Os produtos são entregues individualmente na casa dos consumidores, em locais pré-estabelecidos, como as feiras e mercados locais que, aos poucos, estão retomando seu funcionamento ou os consumidores vão até os agricultores *in loco* realizar a compra. A crescente demanda por alimentos saudáveis, sobretudo orgânicos e de base agroecológica, teve um aumento expressivo.

Conforme ressalta o entrevistado 4, em 2021, questionado novamente sobre o alcance que a comercialização tem atingido, ele aponta que esse cenário, além de ter conseguido um aumento significativo na comercialização, como também tem alcançado também outras localidades.

“As cestas estão vendendo bem... um centraliza... a gente leva os produtos... então, sai 35- 40 cestas por semana... e esses dias começaram levar em Guarapuava”. Entrevistado 4, 2021.

É importante notar que os produtores que já estavam inseridos em sistemas alimentares locais, em associações, cooperativas ou em redes de comercialização direta apontaram menos adversidades em “migrar” para meios digitais de comercialização. De acordo com distintos estudos, a relação entre consumidor e agricultor é baseada, de modo geral, nas relações de confiabilidade instituída entre eles (CASSOL; SCHNEIDER, 2017). Essa nova dinâmica agora está sendo configurada para criar espaços virtuais de comercialização.

Diante disso, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor criou a plataforma “Comida de Verdade”, apoiado por organizações com o objetivo de expandir as iniciativas que comercializam produtos saudáveis em meio à pandemia. A ferramenta tem fins de apoiar a economia local, aproximando o agricultor do consumidor, visto que o usuário encontra iniciativas da agricultura familiar, além de produções de base agroecológica em todo o Brasil.

A plataforma é uma grande via para informar a população que, além dos grandes mercados, existem alternativas para encontrar alimentos mais saudáveis (IDEC, 2020).

Dessa maneira, surgem novas redes alimentares que configuram canais curtos ecológicos de comercialização, nos quais a ação coletiva expressa de maneira crítica a expansão de uma mobilização para uma alimentação mais sustentável. Esses espaços constituem-se pela transformação social ao propor um âmbito agroalimentar mais justo, assim como outras vias de consumo, baseados na sustentabilidade.

Os circuitos curtos de comercialização são baseados na iniciativa de um conjunto de atores no acesso à produtos e/ou serviços que se ajustem aos seus princípios e valores, a preços justos, colaborando na economia solidária e aos próprios agricultores familiares agroecológicos (CALABRÓ; RETIÈRE, 2016). Logo, salienta-se duas práticas essenciais: a procura pelo produto e a demanda por pertencer a uma alternativa de comercialização.

Pode-se notar que os canais curtos de comercialização enfatizam as inter-relações na produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos. Os produtores focam em uma comercialização na proximidade espacial, como também nas vias organizativas e culturais por meio da informação, confiança e valores que giram em torno da qualidade regional com base ecológica. Essas relações são reguladas pela categoria, através de um distinto e variado balanço entre autonomia e cooperação, impulsionando o desenvolvimento rural sustentável.

Conforme Ploeg (2009) as iniciativas desses circuitos curtos, como as feiras, cestas, venda direta, sistema produtivo para o autoconsumo e troca de alimentos, passaram a fomentar novas formas de incentivar o desenvolvimento rural endógeno. Essas ações pretendem propiciar escolhas embasadas na Agroecologia e o desenvolvimento desses mercados, aproximando a relação entre produtor e consumidor, bem como a renda circule em contexto local, além de proporcionar a segurança alimentar desses sujeitos.

A questão da comercialização pela percepção dos agricultores através das cadeias curtas, teve um crescente aumento, onde os produtos orgânicos, mesmo em um contexto de pandemia, destacam-se na comercialização, como destaca um dos agricultores entrevistados.

Eu acho assim que na comercialização... eu acho assim que até melhorou, se for olhar do ponto de vista de nós... nós paramos com a feira, nós fazia

feira na cidade, em questão da pandemia, nos do grupo de risco não paremos um dia... mas daí começou aquela questão da oferta... um dos cooperados começou com a cesta, tivemos que entregar ali... (casa do cooperado)... trazer pra ele entregar ... ir nas casas, aconteceu por exemplo... muita gente vai pegar lá em casa... você ter uma coisa e oferece, e entregar lá na casa... então eu acho assim, no ponto de vista da comercialização pra quem produz, talvez pouco que nem nós... não chegou a afetar, eu acho até, se for olhar no ponto de vista da feira por exemplo..., a feira ia lá, ficava o dia inteiro, hoje se tu entregar R\$ 200,00 (valor em produtos da cooperativa) pro cooperado e sua esposa que faz aí a feira, é garantido, tu levar pra feira, tem vez que ele vendia no geral ... vendia no geral R\$ 150,00, praticamente inviabilizava pra ir lá pra feira... é eu achei assim olhando o preço por esse lado, em termos de comercialização, eu acho... pode ser que outras pessoas pense diferente do que nós... mas nós pelos menos... eu acho que até melhorou. Entrevistado 1, 2020.

Essas ações mostram que os agricultores se engajam na colaboração e no fomento ao escoamento de sua produção, sendo que produtos como hortaliças e frutas frescas mostraram aumento na demanda no período da pandemia. A Embrapa aponta em uma pesquisa nas quatro regiões do Brasil esse aumento no consumo, em todas as classes, sobretudo, nas classes média e alta e nas regiões sul e sudeste (NASCIMENTO et al., 2020).

### A importância das parcerias institucionais e redes de solidariedade

O cenário pandêmico evidenciou o quanto as parcerias institucionais com a agricultura familiar são fundamentais para o abastecimento alimentar local, mostrando a necessidade de apoio nesse contexto. Isso corroborou em estratégias de atuação local, sobretudo em parcerias com organizações que representam os agricultores.

Em face disso, esses produtores em conjunto a essas parcerias, possibilitam benefícios mútuos, ao responder às demandas sociais de forma pertinente, garantindo a estabilidade de renda nas atividades agrícolas, assim como minimizem as ameaças de desabastecimento alimentar ou influenciam as alterações de preços dos produtos nesse contexto de crise.

Destaca-se que as parcerias institucionais foram fundamentais nesse momento. Os entrevistados salientam a importância desses acordos e o impulso que a categoria teve nesse processo, sendo que, por meio dessas articulações, tiveram o auxílio no escoamento da sua

produção. E, além disso, conseguiram, através dessas parcerias, realizar a distribuição de cestas para as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, como destaca o entrevistado 2.

Eu acho que das cestas foi duas ou três vezes feita, só o pessoal do assentamento, não teve nada a ver com a prefeitura, nada né... a gente ia entregar nos bairros né... e daí foi feito também aquela da venda, que a gente vendeu os produtos pro Ceagro... que foi parceria com a prefeitura. Entrevistado 2, 2020.

Notamos ainda que as parcerias institucionais estão colaborando para que a agricultura familiar mantenha seu protagonismo, sendo uma importante via para os agricultores, fortalecendo um dos princípios que engloba o cooperativismo, o ato de doar através da solidariedade, assim como aponta um dos entrevistados.

“a parceria com o Ceagro, foi via fundação Banco do Brasil... e daí na verdade foi articulação, das prefeituras que articularam as famílias para fazer a distribuição isso daí”. Entrevistado 3, 2021.



**Figura 2.** Triagem das cestas agroecológicas.

**Fonte:** Telles, 2020.

Essa crescente demanda de alimentos saudáveis, incentivou a distribuição de alimentos para aqueles em situação de vulnerabilidade, como ressalta o entrevistado 4,

apontando dois bairros carentes beneficiados com cestas de orgânicos, realizado através dos agricultores em conjunto com outras parcerias institucionais.

A primeira arrecadação foi só do grupo dos orgânicos aqui, que fizemos as entregas no Presidente Vargas, daí na outra semana, nós fizemos de todo o assentamento... e daí... a gente arrumou e fizemos as entregas no Presidente Vargas e São Miguel, dois bairros (bairros em Laranjeiras do Sul) e daí... a terceira vez que foi feito a distribuição via prefeitura. Entrevistado 4, 2020.



**Figura 3.** Cestas para doações em Laranjeiras do Sul/PR.

**Fonte:** Telles, 2020.

Enfatiza-se, ainda, a contribuição dos agricultores em muitas ações coletivas e parcerias, comercializando sua produção com entidades sociais, ou mesmo com o governo, com destinação aos mais vulneráveis. Vale ressaltar que esses agricultores se engajam na colaboração, doando os produtos excedentes de sua produção diária, embora agricultores com maior vulnerabilidade tenham recebido doações de outros (ISA, 2020). Nesse sentido, essa atitude se configura como primordial nesse momento.

Cabe salientar uma das parcerias dentro desse âmbito, a da Fundação Banco do Brasil, por meio de suas agências locais e organizações como cooperativas e associações. Exemplos disso tem-se em Bragança Paulista (SP), onde a referida fundação comprou 90 toneladas da produção de uma cooperativa, com o objetivo de levantar cestas básicas e doar a entidades e famílias em situação de vulnerabilidade, como também no Baixo Amazonas (PA), em que,

por meio de nota pública, 38 comunidades da região obtiveram cestas agroecológicas. Uma residente da Resex Tapajós - Arapiuns informou que esse gesto foi essencial para a sua produção durante a pandemia (FUTEMMA et al., 2020).

Uma das agricultoras aponta a solidariedade no aspecto das distribuições das cestas e o cuidado em viabilizar preços mais acessíveis aos mais carentes, frisando a importância como a categoria tem a preocupação na busca de equidade social e fortalecimento de políticas públicas diante das disparidades do sistema capitalista.

Eu acho que uma das coisas fortes, foi a questão da solidariedade dos assentamentos né... de produzir... parte dela foi também pra cesta, que foi doada, eu me lembro que essa questão de preço, no começo dava bastante trabalho... a primeira feira que nós começamos, desde sempre tinha essa discussão pelo valor do produto... a primeira feira num bairro que era considerado mais pobre... então nós queria entregar os produtos de qualidade, mais acessível... era a ideia do movimento... de ter o produto saudável, bom... mas que eles pudessem comer também... porque pra onde a gente vai o produto orgânico lá em cima (preço inacessível à população carente), ... não que ele não tenha que ser valorizado... mas pela questão do trabalho... mas por questão de justiça com o pobre, que aí... só os ricos podem comer. Entrevistado 5, 2020.

Muitos agricultores formaram uma rede de solidariedade, fornecendo seus produtos para as pessoas em situação de vulnerabilidade, de forma acessível e, assim possibilitando o escoamento da produção, em conjunto das parcerias institucionais alcançadas. Porém, milhares de agricultores do Brasil estão em situações muito difíceis. Enfatiza-se a falta de internet e o isolamento geográfico, assim como, a perda integral ou parcial de sua renda, onde engloba casos de insegurança alimentar, além da contração de Covid-19 e mortes. Logo, esta crise está mostrando uma outra face, como a escassez de saneamento básico e o acesso à água, sendo ela tratada e encanada como forma de manter a saúde desses atores (FUTEMMA et al., 2020).

Organizações que se voltam em interesses coletivos como esses produtores é o que se espera da sociedade ligada em redes de solidariedade que, por meio de capital social pode constatar, neste contexto pandêmico, as vulnerabilidades da vida humana, que são materializadas nas interdependências da coletividade, que pode viabilizar o rompimento do sistema agroalimentar insustentável atual. A Agroecologia vem como peça-chave às

demandas necessárias e urgentes, sobretudo, em âmbitos locais, e dirige-se a conquistar cada vez mais espaço nas discussões públicas do direito à saúde e alimentação saudável, ao passo que a sociedade se apossa dessa luta para atingir um maior efeito desse direito fundamental, ou seja, o ato de comer de forma mais saudável (BARROS et al.,2020).

Logo, considera-se que a reconstituição e o impulsionamento das potencialidades dos pequenos produtores familiares precisarão, sobretudo, não apenas da disseminação e da experimentação colaborativa e da expansão de um novo cenário agroecológico. A efetividade destas motivações deverá demandar uma preocupação cada vez mais intensa pela criação de novas estratégias ecopedagógicas e da ampliação de redes de trocas solidárias guiadas em mercados territorializados (ALTIERI; NICHOLLS, 2021).

As entidades que representam esses agricultores se empenham no desafio atual de um abastecimento alimentar saudável, embora com uma economia instável, porém se assegurando em estruturas que estimulem a produção familiar, que ao longo dos anos vem sendo desmotivada frente ao agronegócio, apontando que a crise pandêmica atenuou certas dificuldades, sobretudo, a logística e a escoação da produção da agricultura familiar.

## CONCLUSÕES

O contexto da pandemia realça as particularidades de cada região, em relação à conjuntura política, social e econômica, mostrando que cada sujeito e suas organizações coletivas tiveram articulações distintas, mas que ressaltaram a importância das políticas e da solidariedade. Com isso, as implicações nesse âmbito frisam que os agricultores familiares, principalmente o grupo de orgânicos da COPERJUNHO, tiveram, no geral, a possibilidade de garantir a escoação de sua produção devido ao aumento da demanda de produtos ecológicos, baseados na confiabilidade e procedência desses alimentos, como forma da população garantir a saúde e a valorização de produtos regionais.

Atenta-se ao fato de que, a comercialização teve um salto relevante nas perspectivas dos produtores, salientando que as parcerias com outras instituições impulsionaram esse processo, assim como corroboraram na contribuição de doações de cestas básicas para a

população carente do município. Dessa maneira, reforçando que o cunho organizativo desses indivíduos prevalece com grande relevância, mesmo em um período delicado, destacando que os agricultores se preocuparam com a acessibilidade dos preços e produtos e expansão da comercialização.

A crise do novo coronavírus (COVID-19) mostrou a importância das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, visando fortalecer a categoria e o fomento ao abastecimento alimentar de grandes centros e à segurança alimentar, visto que podem estimular a compra de alimentos produzidos por esses atores por vias já existentes, adotando políticas de crédito que dão subsídios e prorrogação de prazos. Apontando, nesse sentido, que o desafio fundamental, atualmente, é garantir o abastecimento alimentar da sociedade, em meio a uma economia que já apresentava uma certa estagnação, articulando linhas de proteção a esses sujeitos, que assegurem sua continuidade e estimule a produção agrícola da categoria, que há muito tempo vem sendo desmontada.

É preciso então, repensar a forma como se produz, processa e distribui os alimentos, visto que nesse momento, as fragilidades e vulnerabilidades se intensificaram. Como tentativa de frear o contexto, a sociedade em si se articula para planejar as vias de escape. Portanto, as perspectivas que a agricultura familiar e as políticas públicas voltadas a esses indivíduos apresentam um papel imprescindível, assim como as suas próprias estratégias diante da situação e as formas de como trabalhar cada particularidade, trazendo para a sociedade uma reflexão sobre as formas de produzir e distribuir os alimentos.

Dessa maneira, o papel que a categoria da agricultura familiar traz dentro de um contexto cooperativista, pode se perceber uma alternativa de organização e cooperação para que a mesma mantenha sua importância em momentos assim e em outros momentos de adversidades que possam surgir.

## AGRADECIMENTO

Em agradecimento aos agricultores familiares (grupo de orgânicos da Cooperativa Agroindustrial 8 de Junho- COPERJUNHO).

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel.; NICHOLLS, Clara, I. Do modelo agroquímico à agroecologia: a busca por sistemas alimentares saudáveis e resilientes em tempos de COVID- 19. **Desenvolv. e Meio Ambiente**, v. 57, p. 245-257, 2021.

BARROS, Giuliano, P.; SANTOS, Daniel, I.; COSTA, Carolina, S.; DEMIKOSKI, Marcos, A. Pensando Saúde e Segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19: a agroecologia como caminho pós-pandemia. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.15, n.4, p.18-29, 2020.

BIROCHI, Rene.; ROVER, Oscar, J.; SCHULTZ, Glauco. **Alimentos bons, limpos e justos da agricultura familiar brasileira**. Florianópolis: Letras contemporâneas, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Cartilha de orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19)**. Brasília – DF, 2020.

CALABRÓ, Guilherme; RETIÈRE, Morgane. **Criando um Grupo de Consumo Responsável: um passo a passo para começar e estabelecer um GCR**. Piracicaba: Instituto Terra Mater, 2016.

CASSOL, Abel.; SCHNEIDER, Sergio. Construindo a confiança nas cadeias curtas: interações sociais, valores e qualidade na Feira do Pequeno Produtor de Passo Fundo/RS. In: GAZOLLA, Marcio.; SCHNEIDER, Sergio. (Org.) **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2017.

CIDADE BRASIL, 2018 Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-laranjeiras-do-sul.html> Acesso em: 04 de mar. 2020.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2020**. Transforming food systems for affordable healthy diets. Roma, FAO. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>. Acesso em: 03 mai.2020.

FUTEMMA, Celia.; TOURNE, Daiana, C. M.; ANDRADE, Francisco, A. V.; SANTOS, Natália, M dos.; MACEDO, Gabriela, S. S. R.; PEREIRA, Marina, E. **A pandemia do Covid-19 e os pequenos agricultores rurais: superar ou sucumbir?**. 2020.

GRISA, Catia; NIEDERLE, Paulo. **É urgente inovar nas políticas alimentares fortalecendo a agricultura familiar**. Ed. Opinião pública, maio 2020. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2020/05/e-urgente-inovar-nas-politicas-alietares-fortalecendo-a-familiar-por-catia-grisa-e-paulo-niederle/>. Acesso em: 03 mai. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR- IDEC. **Idec cria plataforma para divulgar iniciativas que comercializam alimentos saudáveis durante a pandemia do Covid-19**. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor, 14 abr. 2020. Disponível em: <https://idec.org.br/release/idec-cria-plataforma-para-divulgar-iniciativas-que-comercializam-alimentos-saudaveis-durante>. Acesso em: 07 set. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA- IPEA. Agricultura Familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19: Uma abordagem das ações públicas emergenciais. **Nota Técnica nº 69**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL- ISA. **Observatório da Covid-19 nos Quilombos**. Disponível em <https://quilombosemcovid19.org/>. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/quilombolas-e-caiçaras-distribuem-15-toneladas-de-alimentos-para-comunidades-vulneraveis>>(Quilombolas e caiçaras distribuem alimentos para comunidades vulneráveis. Acesso em 20 de ago 2020.

LEAL, Daniel, A. **De la invisibilidad histórica, al elogio y el aplauso para el campesino**. Corporación Universitaria Minuto de Dios- UNIMINUTO, Cundinamarca, Colombia, p.1-3,2020. Disponível em:

[https://repository.uniminuto.edu/jspui/bitstream/10656/10098/1/Documento\\_Invisibilidad%20del%20campo\\_sinado.pdf](https://repository.uniminuto.edu/jspui/bitstream/10656/10098/1/Documento_Invisibilidad%20del%20campo_sinado.pdf). Acesso em: 29 abr. 2020.

NASCIMENTO, Warley. M.; CARVAL, Henrique, M. G.; SIQUEIRA, Kennya, B. **O consumo de hortaliças na pandemia.** Embrapa Hortaliças. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1133665>. Acesso em: 07 set. 2020.

NUNES, Emanuel, M.; MEDEIROS DE FRANÇA, Andreyra R.; SOARES DE LIMA, Jéssica S.; SILVA DE MEDERIOS, Lilian . Novidades (Novelty) na Agricultura Familiar e sua associação com a agroecologia na produção de hortifrutigranjeiros no Território Sertão do Apodi/RN. **Redes - Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 23, n.1, p.213-236, 2018.

PLOEG, Jan. D. V. D. **The New Peasantries: new struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization.** 2009. London: Earthscan.

PREISS, Potira. Challenges facing the Covid-19 pandemic in Brazil: lessons from short food supply systems. **Agric Hum Values, Agriculture, Food & Covid-19**, May, 2020.

SCHNEIDER, Sergio.; CASSOL, Abel.; LEONARDI, Alex.; MARINHO, Marisson de M . Os efeitos da Pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, n.100, p. 167-188, 2020.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas. **Termo de Referência Sebrae para o Comércio Justo.** Sebrae, Brasília, 64p., 2005.

SOUSA, Diego. N.; CHARÃO-MARQUES, Flávia.; KATO, Hellen, C. A de. Novo programa, novos atores: inovação e agroecologia na agricultura familiar do Tocantins. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 24, n.3, p. 44-62, 2017.

SOUSA, Diego. N.; JESUS, Maria, E. R de.; BERALDO, Keile A . Impactos da pandemia covid-19 e estratégias para inclusão produtiva de agricultores familiares no Tocantins: estudo de caso na COOPRATO. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v. 10, p. 1-15, 2021.

SOUZA, Julia, C.; ROVER, Oscar, J.; NODARI, Eunice, S. Agricultores e consumidores em torno do acesso à alimentos agroecológicos: estudo de caso sobre as células de consumidores responsáveis, SC, Brasil. In: DEPONTI, Cidonea M. (Orgs). **Extensão e desenvolvimento regional: da teoria à prática.** Campina Grande: ed: EDUEPB, 2021.